

NOTA SOBRE A COMUNICAÇÃO SOCIAL

Em regime de liberdade de imprensa, as intervenções governamentais - directas ou indirectas, nomeadamente através dos tribunais - tendem geralmente para o empolamento das eventuais tensões existentes, panorama agravado no nosso país pela existência actual de um largo sector estatizado.

Por outro lado, a chamada "crise" dos órgãos de comunicação social - que, pelo menos sobre o ponto de vista económico, é muito anterior a 25/Abril/74 e não é apenas nacional - foi agravada nos últimos anos, nomeadamente, pelos seguintes factores: (a) súbita descompressão do regime de censura prévia, com as inevitáveis carências de pessoal qualificado (p. ex. jornalistas); (b) deficiente estruturação das empresas existentes; (c) indefinições do poder político, quer quanto aos principais limites da liberdade de imprensa, quer quanto à intervenção do Estado no sector.

Hoje, a situação é efectivamente grave: sob a óptica económica, sob a óptica política e sob a ~~óptica profissional-deontológica~~

Acresce, como factor ~~NÃO~~-menor, o "assalto" movido aos diferentes órgãos de comunicação social pelas forças políticas e económicas - para o que usaram de todos os expedientes ("maximo" o poder político) e se socorreram de inúmeros meios ("maxime", mão-de-obra não especializada). Não houve um "assalto", mas sucessivos que se sobrepuzaram e/ou tentaram anular - contribuindo no conjunto para agravar a situação caótica e não permitindo, sequer, obter em cada momento uma visão clara da efectiva "d direcção" de cada órgão de informação.

A vigência previsível do V Governo coincide com o duplo processo eleitoral para a Ass. da República e para as autarquias locais, o que agrava as consequências da situação no sector - degradada, aliás, pelas actuações do IV Governo.

Este Governo, face a uma possível agudização de vida política nacional, (possível a curto prazo), e até por não dispôr de apoios partidários expressos, pode tornar-se alvo dos mais diversos órgãos de informação - principais veículos

e um dos principais reflexos imediatos dessa crise.

Dai a tendência "intervencionista" nos órgãos de comunicação social poderá não medear grande espaço - bastará lembrar o sucedido na vigência do I Governo Constitucional que nesse campo conheceu, afinal, o princípio (público) da sua queda.

Não obstante, importa saber em que medida deverá o Governo ter, ou não, uma política global para o sector da comunicação social e em obediência a que estratégia, desenvolverá as táticas adequadas.

Parece evidente - e quase de desnecessária referência - que as diversas forças políticas e económicas actualmente em confronto no nosso país se empenham de forma crescente em dominar (ou pelo menos disputar) os principais órgãos de comunicação social.

O que se passa em relação ao sector privado (rádio e jornais) não merecerá referência especial, a não ser no tocante à importância de se saber por que vias (crédito, papel ou outras) são subsidiados pelo Estado esses órgãos - apurando-se, também, quais os que recebem maior apoio e quais os que não recebem quase. O reequilíbrio de tais financiamentos directos ou indirectos, por acção ou por omissão, só pode ser obtido a partir do exacto conhecimento da realidade que lhes está subjacente. Existe algum jornal privado que pudesse sobreviver em caso de corte de crédito, directo ou indirecto? Quais beneficiam de maiores facilidades? Como? E porquê? etc.

Em relação à imprensa, rádio e televisão estatizadas, as questões postas ao Governo crescem, obviamente, de importância.

Antes de mais, ao nível (mais visível) da superestrutura:

- ainda herdeiros da respectiva distribuição pelos maiores partidos políticos, esses órgãos da comunicação social têm hoje como denominador quase comum, uma não-exagerada obediência ao V Governo, cuja duração limitada não oferece perspectivas seguras de continuidade e cujo espaço político não corresponde ao desenho político-partidário existente na maioria desses órgãos;

- por outro lado, artificialmente ou não, alguns tornaram-se portas-de-lança de projectos políticos de certo fôlego (temporal), isto é, construídos a certo prazo e mais ou menos minuciosamente;

- deve referir-se ainda a permanência em muitos postos decisórios de elementos que dominaram esses órgãos até 25.Nov.75 e que, perante os pendulares vácuos de poder, reocupam posições e, com facilidade, infletem a seu favor a direcção do respectivo órgão de comunicação social.

Tentando um resumo, dir-se-á que a maioria das direcções desses meios de informação toma posições "a fim de estar com o próximo poder", embora oscilantes face às dúvidas sobre qual ele seja: ora "revolucionários com a revolução", ora "reaccionários com a reacção", mas sempre com o próximo poder.

Este esboço pessimista é, aliás, largamente justificado pela situação estrutural das empresas estatizadas do sector, cujo custo social tem sido sucessivamente encoberto por juízos políticos e, quando brandido (vg. M. Alegre ou P. de Carvalho), é apenas também para (ou lter) fins políticos.

Quem paga quem? Eo quê? Quem sustenta esse serviço público? Quem o executa? Com que qualidade?

A acção do V Governo Constitucional pode exercer-se em diversos sentidos: (a) na contenção de inflexões partidárias ("exageradas") dos órgãos de comunicação social; (b) na conseqüente exigência de qualidade informativa, que possa suprir eventuais colunas de opinião e pluralismo destas (*); (c) na gradual correcção de distorções estruturais das empresas, cujo saneamento financeiro deve passar, também, pela dignificação profissional dos seus quadros jornalísticos.

Isto é, evitando intromissões do poder na imprensa, rádio e televisão, o Governo poderá sanar, gradualmente, as respectivas condições de funcionamento - material e humanamente - de forma a viabilizar a sua própria independência do poder político e económico. A qualidade da informação é, por si só, instrumento e

*) não será imagem perfeita de pluralismo, haver no mesmo jornal uma coluna de opinião de cada um dos partidos da "Aliança Democrática" ou da "Aliança Povo Unido"...

pedagogia da democracia.

Por outro lado, a solução (razoável) de certos escândalos pendentes (vg. caso S.N.T.) constitui, também, importante instrumento de correcção das anomalias.

Finalmente, a exigência de formação adequada para os jornalistas (a respectiva Escola, estágios, etc.), bem como a respectiva deontologia (Estatuto, Código Deontológico, Carteira Profissional, etc.) são condições de afirmação da citada qualidade de informação.

Concluindo, as intervenções governamentais na comunicação social não hão-de ser ingerências, mas antes pautar-se pela busca de soluções de correcção das deficiências.

O que assim não for, acabará por acrescentar caos à desordem e discricionaridade ao poder (do Poder ou dos Órgãos de Comunicação Social).

Como nota final, acrescente-se que os próximos períodos de campanha eleitoral facilitam, de certa forma, a tarefa, pois tornam possível (mais possível) a exigência legal de independência e isenção no tratamento dos temas políticos.